



“Internet e associativismo no debate público acerca do desmatamento”¹

Hellen Guicheney²

Resumo

O principal objetivo deste artigo é explorar o caminho por meio do qual atores coletivos da sociedade civil utilizam-se da Internet para tematizar a questão da degradação ambiental, mais especificamente, do desmatamento. Tendo em vista a conformação de um debate público em torno dessa temática, busca-se cotejar os *potenciais* efeitos democráticos advindos da atuação desses atores *na e através da* rede. São analisadas duas grandes associações, a saber, o “Greenpeace-Brasil” e a “Fundação SOS Mata Atlântica”. Os sites das duas entidades são observados a partir do entendimento da Internet como: “complexo de conteúdos”, “ambiente de conexão” e “sistema de interação”. Ademais, considera-se o combate à degradação ambiental como uma questão “transnacional” por excelência, na medida em que ela ultrapassa as fronteiras nacionais, necessitando de um debate ampliado, que não concerne apenas a públicos de estados-nação específicos.

Palavras-chave: *Internet, associativismo, desmatamento, deliberação pública.*

1- Introdução

A teoria deliberativa da democracia tem conferido ressaltada importância ao papel desempenhado pelo associativismo na conformação de uma esfera pública, ambiência na qual se fazem presentes os discursos concernentes ao âmbito de experiências comuns dos cidadãos. Bohman tece uma definição inspiradora do já tão explorado conceito de esfera pública:

“[ela] não é uma estrutura, mas um processo; é o processo pelo qual atores coletivos emergentes apelam não para um fantasma público, mas para outros cidadãos de formas que eles sejam consistentes com os requerimentos de igualdade, não tirania e publicidade. Algumas vezes esse processo cria um novo público constitutivo que interage com instituições democráticas de modos que alteram como o público é formado em maiorias deliberativas. Novamente, este público não é um fantasma, entretanto, ele ainda não pode ser formado e pode mesmo vir ou não a emergir” (2000, p.235).

Do mesmo modo, as teorias que tratam do associativismo destacam a importância dos diversos grupos da sociedade civil na composição de uma esfera pública inclusiva,

¹ Trabalho apresentado na Sessão Coordenada Internet e Política II, do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, ocorrido na Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2006.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFMG sob orientação de Rousiley Maia. Bolsista da CAPES. Membro do EME (Grupo de Pesquisa em Comunicação e Espaço Público da UFMG). Contato: hguicheney@yahoo.com.br. O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos

capaz de abarcar uma pluralidade de demandas, ou, nos termos de Dryzek (2004, p.48), uma “constelação de discursos”.

Esses atores têm sido aclamados como operando segundo uma lógica particularmente capaz de democratizar as estruturas políticas. Neste sentido, alguns os consideram capazes de desestabilizar a ordem institucional (HABERMAS, 1987), outros dirão que grupos, mais do que indivíduos, dão origem a novas formas de comunicação e principiam reflexões (BOHMAN, 2000), outros, ainda, que a tarefa de tematizar danos de práticas rotinizadas do Estado ou de padrões culturais de injustiça “é uma empreitada coletiva” (MAIA, 2003, p.27).

Pensamos, contudo, que certas delimitações conceituais devem ser realizadas neste terreno. Se as associações voluntárias desempenham importantes funções para a democratização política, elas também podem ser alvo de severas críticas, tais como a institucionalização de suas estruturas e posterior cooptação destas pelo Estado, ou como a proliferação de grupos radicais de direita (como os grupos xenófobos e racistas, que desrespeitam a dignidade humana da diferença, chegando mesmo a pregar a extinção do outro). Neste texto exploraremos algumas dessas críticas, a fim de evidenciar que o campo do associativismo é cheio de diferenciações e que se faz necessário delimitar algumas “fronteiras”.

Movimento idêntico pode ser realizado em relação a outro tema de grande importância para as democracias contemporâneas: a Internet. Também sobre ela incidem visões essencialistas e juízos parcamente assentados na investigação empírica. Como bem aponta Gomes (2005), observa-se neste terreno uma grande quantidade de proposições entusiásticas ou pessimistas, pouco calcadas num balanceamento crítico das potencialidades e déficits propiciados pela Internet e os processos mesmos da participação política. Essa questão é particularmente contundente quando se trata da influência da Internet nas democracias contemporâneas. É essa articulação – entre a topografia e/ou os recursos propiciados pela Internet e os elementos da participação política – que buscamos considerar ao investigar os sites das duas ONGs ambientalistas. Em relação a tais sites, indagamos: que instrumentos podem oferecer aos grupos que buscam alcançar seus reclames? Como o tema “desmatamento” pode ser tematizado *na* Internet e *por intermédio* dela?

É preciso escapar ao tipo de visão unificadora de fenômenos sociais, tanto no que diz respeito à ação empreendida pelo associativismo, quanto aos potenciais efeitos democráticos da Internet. Este texto, que reflete as primeiras formulações de uma pesquisa

de mestrado em processo, e que, por isso mesmo, pretende preparar o terreno para futuras construções, busca clarear certas diferenciações internas a ambos os campos.

Neste texto, discutimos como duas associações específicas – a *Fundação SOS Mata Atlântica* e o *Greenpeace Brasil* – fazem uso dos recursos da Internet para fomentar o debate público e empreender uma ação que visa o combate ao desmatamento. A escolha das duas associações se justifica pelo fato de elas oferecerem um interessante quadro comparativo, na medida em que apresentam distintas formas de atuação e preocupações centrais: a primeira é brasileira e se ocupa especificamente da questão da preservação do bioma mata atlântica <www.sosmatatlantica.org.br>, enquanto a segunda é uma das maiores entidades transnacionais contemporâneas e circunda um quadro bastante amplo de questões, ainda que dedique à Amazônia um setor exclusivo em seu site brasileiro <www.greenpeace.org.br>. Os dois sites mencionados são explorados a partir da distinção proposta por Gomes (2001) da Internet como sendo: um “complexo de conteúdos”, um “ambiente de conexão” e um “sistema de interação”. Investigamos até que ponto eles contemplam tais dimensões. E, se a esfera pública é o espaço em que tais atores podem galgar legitimidade acerca dos seus reclames, conquistando novos adeptos e pressionando a institucionalidade, qual seria, portanto, a contribuição do sistema mediático neste processo? Como a comunicação mediada por computador conforma sentidos, demandas, reclames? Afinal, *“como a Internet pode ser utilizada pelo associativismo como modo de construir entendimentos ou alcançar objetivos?”*

2 - Associativismo, alguns traços.

Em primeiro lugar, vale lembrar que o termo “associativismo” compreende uma grande variedade de grupos com diferentes propósitos e modos constituintes e que, nesse sentido, mesmo distintas tipologias podem ser construídas. Cito aqui as que aparecem em dois textos de um mesmo livro, para que tenhamos idéia do que elas podem envolver. Para Avritzer, Recamán & Venturi (2004, p.22), as associações podem estar ligadas: i) a questões comunitárias; ii) ao mundo do trabalho; iii) aos direitos de cidadania para segmentos sociais específicos e discriminados; iv) à ação filantrópica e de auto-ajuda, aos grupos culturais e de jovens. Por sua vez, Lavalle, Houtzager e Acharya (2004, p.284) distinguem: i) associações de base, ii) articuladoras³, iii) ONGs⁴ e iv) entidades assistenciais.

³ São associações que prestam serviços a outras associações ou que servem como articuladoras entre elas, facilitando a ação conjunta. Um bom exemplo é a ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais.

Seja utilizando uma, outra, ou demais tipologias, o fato é que a multiplicidade interna à idéia de associativismo é enorme, e que há nela uma dificuldade inerente em classificar as distintas associações segundo um mesmo denominador, tal como ocorre com o próprio conceito de “sociedade civil”, já desgastado por inúmeras definições. Tal dificuldade alcança proporções ainda maiores quando a tarefa passa a ser delimitar uma forma própria de constituição e interação, de forma a diferenciá-las, por exemplo, dos grupos de interesse na área política (como os partidos) o no setor econômico (como os sindicatos e associações empresariais).

Alguns autores sublinham como critérios para a pertença a adesão voluntária livremente arbitrada e as práticas internas democráticas. Outros acrescentam a isso: a ausência de instrumentos imediatos de poder e a conseqüente necessidade de chamar a atenção pública; a falta de uma alusão imediata a um dado campo funcional e, por fim; um tipo de relação mais estreita com questões relativas ao “mundo da vida”, tanto no diz respeito aos temas tratados, quanto aos locais de encontro (COSTA, 2002, p.62; 76).

Por sua vez, os juízos acerca dos efeitos democráticos dessas associações são ainda os mais variados, indo de entusiastas a temerosos. Alguns ressaltarão os efeitos negativos da apropriação de movimentos caritativos e ONGs como forma de transferir à sociedade civil responsabilidades estatais, de onde resultariam políticas pontuais, descontextualizadas (TEIXEIRA, 2002; DAGNINO⁵, 2002). Segundo Santos & Avritzer, essa espécie de “perversão”

pode ocorrer por muitas outras vias: pela burocratização da participação, pela reintrodução do clientelismo sob muitas formas, pela instrumentalização partidária, pela exclusão de interesses subordinados através do silenciamento ou da manipulação das instituições participativas (2002, p.46).

Outros autores dirão ainda que tais associações estão sujeitas a todo tipo de agenciamento, podendo dar origem tanto a “movimentos virtuosos, estabelecidos pelo diálogo com a cultura da igualdade e dos direitos de cidadania” quanto à “organizações perversas que se estabelecem na interação com o mundo da violência e da intolerância” (DOIMO, 1997). Outros, por fim, defendem que o associativismo pode mesmo ser prejudicial ao formato institucional do Estado e, neste sentido, pode causar prejuízos à própria democracia (ARMONY, 2004).

⁴ São associações pautadas em torno da reivindicação de demandas e da definição pública de problemas no sentido de influenciar o “comportamento privado em nível local, nacional ou transnacional” (LAVALLE, HOUTZAGER E ACHARYA, 2004, p.285).

⁵ A autora chama a atenção para o uso da parceria Estado/sociedade civil como forma de o Estado esconder responsabilidades e encobrir a política de contenção de gastos públicos. Essa parceria é chamada por ela de “confluência perversa”.

Ainda dizendo respeito aos juízos acerca dos efeitos democráticos do associativismo, mas olhando por um viés distinto, diversos autores já apontaram para o fato de que ele possui duas vertentes de atuação e, conseqüentemente, um duplo efeito potencial na esfera pública: a primeira vincula-se à ação política de uma forma mais estrita, enquanto a segunda se relaciona com a chamada “mudança de entendimento” e com os ganhos cognitivos que poderiam daí resultar (COHEN & ARATO, 1992; GANSON & MEYER, 1996; MAIA, 2003; MANSBRIDGE, 1999).

A seguir faremos um breve panorama deste par de efeitos potenciais. Por uma questão de recorte analítico, nossa atenção se volta mais ao segundo tipo, aquele que diz da mudança de valores sociais cristalizados e do possível ganho cognitivo daí advindo. Na seção 3, por sua vez, trataremos das ações efetivadas pelas duas associações ambientais com vistas a produzir tais efeitos, ou parte deles.

2.1

Em primeiro lugar, cabe destacar o tipo de ação empreendida pelos atores coletivos que se dirige mais diretamente à ação política em seu *stricto sensu*. Por um lado, tais atores agem na tentativa de influenciar diretamente o sistema político através de protestos, manifestos, formação de consensos que possam influir na eleição de representantes, boicotes e até mesmo *lobbies*. Além da pressão direta que os movimentos podem exercer sobre o sistema político, essa influência pode ocorrer por vias indiretas que interferem na própria cultura política, como a constituição de relações de confiança entre os membros do grupo ou como a especialização nas temáticas por eles demandadas.

Como argumentam alguns comunitaristas, o convívio em associações civis proporcionaria relações de reciprocidade e confiança entre os seus membros, concorrendo, desta forma, para a constituição de cidadãos mais preocupados com questões coletivas via hábitos de cooperação, senso de responsabilidade e moderação das atitudes em virtude de um outro. Nesse sentido, o convívio em grupo contribuiria diretamente para a democratização da política na medida em que formaria eleitores mais conscientes, tanto na escolha de representantes quanto na vigília sobre o poder público (PUTNAM, 2000). Mesmo que muitos autores já não mantenham a tese de que o convívio em associações seja marcado por relações internas de horizontalidade, o potencial democratizador de tais grupos poderia ser apontado na ancoragem das suas temáticas ao mundo da vida (COSTA, 2002). A diferenciação estaria localizada, portanto, não nas práticas em si, mas na ligação

estreita desse tipo de ação àquela esfera de vivência cotidiana das pessoas, em meio aos problemas do dia-a-dia e à tematização prática dos problemas.

Outro argumento importante aposta no ganho derivado do modo como os problemas são tematizados pelos atores coletivos, que se tornam fonte de informação qualificada sem, por isso, tornarem-se ainda especialistas. Através de investigação acurada, reunião de informações, troca de impressões em seminários, contratação de mão-de-obra especializada, dentre outros, esses atores sintetizam os problemas com a autoridade de quem possui informações qualificadas, mas que possui, ao mesmo tempo, uma vivência prática dos problemas. Como salienta Maia, “esses atores coletivos desenvolvem diversos elementos – habilidades cognitivas, oportunidades de aprendizagem, escrutínio público e motivação para a ação – que os capacita a superar as desigualdades deliberativas” (2004, p.25). Esse é, por exemplo, um importante ganho que pode advir da disponibilização de material informativo e técnico de qualidade acerca da temática ambiental nos sites das ONGs aqui estudadas.

2.2

Um segundo modo de atuação dos atores coletivos é a tentativa de influenciar a mudança de entendimentos sociais que privilegiam compreensões ultrapassadas, práticas injustas, preconceitos e estigmas historicamente e verticalmente constituídos. Falamos aqui, em especial, mas não somente, de grupos que travam batalha em prol da questão do reconhecimento, combatendo a “estigmatização” de grupos minoritários e reivindicando completa inserção social, como os movimentos de surdos (GARCÉZ, 2006) ou de sexualidade estigmatizada (MARQUES, 2003).

Sobre este tema, bem ressalta Fraser (2003) que a luta por reconhecimento deve buscar a superação dos valores culturais institucionalizados nas relações sociais e no sistema normativo e que resultam na desvalorização de um grupo que, por alguma razão, se encontra fora do critério de valoração dominante. Além do dano causado pelo próprio desrespeito, estigmas e preconceitos resultam também numa participação desigual no processo de elaboração dos próprios valores sociais. Numa estrutura circular de causa e efeito – alguém sofre preconceito por não participar da formulação dos valores sociais, ao mesmo tempo em que é impedido de participar por causa do preconceito – certas características são sistematicamente desrespeitadas ao longo de gerações.

Ações preconceituosas necessitam de uma distinta tematização, de forma a serem desnaturalizadas e reconhecidas como constructos sociais. E, nesse processo, a atuação dos atores coletivos é imprescindível. Somente ao ser tematizada como uma questão relativa a uma coletividade – e não a uma ofensa pessoal –, a injustiça da desigualdade econômica e do desrespeito cultural podem ser reconhecidos como tal. Quando a imputação da “ofensa” é deslocada da sua naturalidade, novos problemas, além de todo um contexto histórico-cultural, são acrescentados à deliberação, propiciando as bases para um novo entendimento.

Contudo, a questão referente à mudança de entendimento não resulta tão somente da luta conscientemente empreendida pelo fim de estigmas e preconceitos. Um movimento social que aparentemente demanda apenas questões referentes à redistribuição econômica, por exemplo, necessita elaborar suas demandas de forma a que elas digam respeito a uma comunidade mais ampla. Desse modo, um entendimento social cristalizado – como aquele que vê na desigualdade um dado natural e derivado da mera competência ou incompetência dos indivíduos – pode ser combatido. O mesmo ocorre com uma velha compreensão acerca dos recursos naturais comum ainda nos dias de hoje: eles seriam vistos como infindáveis e isentos de relações recíprocas, além de terem por base

a) a concepção de que o meio ambiente é um sistema mecânico, constituído de partes separadas, a serem exploradas por diferentes grupos de interesses; b) a idéia de que a vida é um luta competitiva pela existência; c) a crença de que haverá um progresso material ilimitado, que será conseguido através do crescimento econômico e tecnológico (...) (GABEIRA, 1988, p.14).

Tal compreensão ignora a interdependência dos processos naturais e de suas múltiplas manifestações e ciclos de mudança. E é a reconfiguração deste tipo de sentido que buscam as ONGs ambientalistas e não somente a conquista de certo número de assinaturas para uma dada iniciativa popular de lei (para citarmos um exemplo qualquer de ação política mais concreta). Para o SOS Mata Atlântica e o Greenpeace, respectivamente, “a humanidade só garantirá a qualidade de vida quando souber conviver em harmonia com o meio em que vive”⁶ e “as florestas e seus povos são fundamentais para a manutenção das diferentes formas de vida na Terra”⁷.

O que pretendemos trazer à baila, enfim, é que ao ser elaborada e desenvolvida por atores coletivos, a discussão acerca de um problema pode ser enriquecida por questões de

⁶ <http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=destaque_livro_2006>

⁷ <<http://www.greenpeace.org.br/vivaamazonia/campanha.php>>

valor e por uma preocupação com os “padrões culturais de injustiça” (MAIA, 2004, p.27) que estão cristalizados na cultura e mesmo na lei. A mudança de enquadramento que as associações podem realizar é a tematização das questões injustas ou incoerentes como coletivamente vividas. Trata-se de buscar alterar o entendimento naturalizado sobre as questões, mudando o “locus de expectativas”, nos termos de Warren (2001), ou o “framework”, nos termos de Bohman (2000).

3. Uma questão além-fronteiras

Temáticas como o terrorismo, as questões de saúde pública (DST-AIDs, epidemias), os riscos da energia nuclear ou a diminuição da camada de ozônio pela emissão excessiva de clorofluorcarbonos⁸ são matérias de interesse mais amplo que o das sociedades civis e demonstram a necessidade de serem constituídas esferas de discussão além-fronteiras. Apesar de, neste texto, não se colocar como pergunta fundamental a razoabilidade de expressões como *esfera pública transnacional* ou *sociedade civil global*⁹, cabe perceber dois importantes elementos: que a Internet aparece como o meio de comunicação mais propício à expansão dessas “fronteiras” e que a degradação ambiental é o exemplo por excelência de que uma decisão unilateral pode dizer respeito a todos e prejudicar um número imenso de indivíduos. Nas palavras do Greenpeace: “só a mobilização de cidadãos de todas as nações poderá impor aos governos uma mesma e coerente política ambiental para o planeta”¹⁰.

Como tais questões, que são de interesse imediato dos povos, mas que escapam ao controle estatal e à influência direta das sociedades civis, podem ser publicizados, debatidos e até mesmo encaminhados para a tomada de decisão de um modo mais democrático? Afinal, diante da nova conjunção de forças no cenário internacional, marcado pelo embate entre a autoridade nacional de um lado (partidos políticos, aparato burocrático, poder judiciário), e as estruturas de poder transnacionais de outro (agências como OIT, FMI e

⁸ A questão do desmatamento é de especial relevância no caso brasileiro, já que o país é o maior responsável pela emissão de gases estufa provenientes de queimadas e do uso não-renovável de florestas nativas. Contudo, vale ressaltar que a maior fonte alimentadora do efeito estufa não é a queima de florestas nativas, mas a queima de combustíveis fósseis como o carvão mineral e o petróleo, os quais são consumidos predominantemente pelos países desenvolvidos (ZYLBERSZTAJN, 1992, p.152), o que complexifica consideravelmente a questão.

⁹ É importante salientar que há uma controvérsia teórica quanto à qualificação de termos sociais como “globais”, “transnacionais” ou mesmo “cosmopolitas”, como é o caso de “esfera pública” e “sociedade civil”. Para alguns é prematuro e ingênuo falar em termos de uma *esfera pública global* (AVRITZER & COSTA, 2004; COHEN, 2003), para outros, é possível perceber uma política cívica compartilhada em escala mundial (HABERMAS, 2001; VIEIRA, 2001).

¹⁰ <<http://www.greenpeace.org.br/quemsomos/brasil.php>>

Banco Mundial; alianças militares; institutos do direito internacional), cada vez mais se obscurecem os meandros da deliberação.

É em meio a tais estruturas de poder que se localizam algumas experiências de protesto, debate e diferenciadas proposições, como aquelas representadas pelos protestos ao modelo neoliberal de globalização (oposição à OMC em Seattle, ao Banco Mundial e ao FMI em Washington e, em Gênova, ao G-8¹¹), pelo Fórum Social Mundial, assim como pelas próprias ONGs ambientalistas. E o que de comum podemos apontar dentre essas experiências, certamente, é a vontade de reverter o vácuo de legitimidade que se instaura em relação aos chamados temas de interesse “global”, que se encontram perdidos em meio às distintas fontes de autoridade citadas acima. Neste sentido, percebemos como relevante a disputa travada pelos grupos ambientais em torno da renegociação de sentidos acerca da degradação do meio ambiente, mais especificamente do desmatamento. Os sites das duas associações provêm visibilidade ao tema, buscando reinterpretar entendimentos e criticar decisões unilaterais e prejudiciais à preservação das áreas florestais.

O “combate” via rede

É realmente algo digno de nota a complexidade contida em sites que tratam do meio ambiente. Neles é possível encontrar uma quantidade de informação e mesmo de formas de interação realmente impressionante. Alguém que procurasse dados ou artigos sobre transgênicos, licenciamento ambiental, efeitos da excessiva emissão de gases estufa na atmosfera, influência da indústria de soja sobre o desflorestamento, malefícios ao meio ambiente resultantes das queimadas de áreas de pastagem, além de um sem número de temas, teria que lidar com quantidade considerável de material tais como: textos, planilhas, relatórios e vídeos.

O mesmo ocorreria se a intenção fosse, digamos, saber das plataformas ambientais dos candidatos à Presidência da República do Brasil em 2006 ou, quem sabe, ter acesso a uma espécie de observatório parlamentar. Se, por outro lado, o internauta desejasse buscar algum material, ainda que inicial, relacionado às próprias ONGs consultadas, poderiam ser de alguma utilidade: relatórios anuais, históricos, distribuição dos diversos escritórios ou das instâncias de decisão interna. Também seria possível encontrar informações sobre a criação de uma Organização Não Governamental.

¹¹ Ocorridos, respectivamente, nos anos de 1999, 2000 e 2001.

Esses são alguns exemplos aleatórios do que podemos encontrar no “subsite” do Greenpeace-Brasil dedicado à Amazônia e no portal do SOS Mata Atlântica, dedicado ao bioma. Nosso olhar orienta-se pela distinção realizada por Gomes entre “complexo de conteúdos”, “ambiente de conexão” e “sistema de interação”; pretendemos tão somente apontar algumas pistas acerca do debate público que pode ser informado *pela Internet* ou que pode, mesmo, ocorrer *na Internet* em determinados momentos¹².

1. Segundo Gomes (2001), *Ambiente de conexão* diz respeito à própria conectividade, ou seja, à Internet entendida como ambiente, como feixe de conexões, de nexos; uma rede mundial de computadores que é desterritorializada e descentrada. São essas características que conferem à Internet sua especificidade e singularidade. São elas possibilitadoras de novas formas de compartilhamento de informações, de contatos pessoais, de interação e comunicação.

É importante notar que tal descentralização permite que os conteúdos não advenham de uma instância reduzida de produção, o que garante uma grande multiplicidade de opiniões. Assim, podemos encontrar no ambiente *on line* páginas representativas dos mais diversos atores políticos e sociais, como o “Ministério do Meio Ambiente”, organizações como a “Associação Mineira de Defesa do Ambiente”, o “Instituto Socioambiental”, a rede GTa – “Grupo de Trabalho Amazônico”, a “Rede Brasileira de Jornalismo Ambiental”. Na rede é possível encontrar também sites como o da “Cargill”, alvo de severa crítica por parte do Greenpeace numa matéria citada acima. E note-se que aqui exemplificamos tal diversidade tão somente com sites construídos para o público brasileiro. Do mesmo modo, poderíamos aqui trazer exemplos de outras centenas de associações civis ou instâncias estatais ligadas, por uma via ou outra, à temática ambiental. Essa é uma das principais e mais interessantes características da rede mundial de computadores: a possibilidade de tecer relações mediadas com idéias advindas dos lugares mais diversos.

2. *Complexo de conteúdos*, por sua vez, é a própria disponibilização de materiais sob diferentes formatos e de todo o tipo e qualidade que há disponível on-line, algo que, segundo Gomes, lembraria uma biblioteca ou uma enciclopédia. De fato, os dois sites trazem um acervo de informações que é constantemente atualizado, re-atualizado, mas que permanece, ao mesmo tempo e em grande parte, arquivado. Podemos encontrar inúmeras temáticas sob os mais diversos formatos nas páginas em questão, algo como:

¹² Assertiva que será tema de investigação mais acurada na consecução da dissertação.

- **Informações sobre temas relativos à Mata Atlântica e à Amazônia:** “A Mata Atlântica e suas formações”, “Desafios da sustentabilidade, impactos e pressão sobre os remanescentes”¹³, “mapa das Unidades de Conservação propostas no entorno da BR-163: Cuiabá-Santarém”¹⁴.
- **Legislação ambiental:** “Lei 6.938/81, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente”, “Leis sobre unidades de conservação”¹⁵.
- **Toda uma série de mapas, vídeos, fotos, textos e livros prontos para serem salvos:** “O protocolo de Kyoto”¹⁶, “Faltou ação ao Plano de Ação - relatório sobre as ações de governo para combater o desmatamento na Amazônia no período março de 2004 a maio de 2005”¹⁷, “Comendo a Amazônia”¹⁸.
- **Notícias e artigos:** “Governo comemora suposta queda no desmatamento, mas índices são inaceitáveis”, “SOS Mata Atlântica integra coordenação regional da Abong em São Paulo”¹⁹.
- **Instruções:** “como proceder em caso de denúncia ambiental”, “como montar uma ONG”²⁰.

Vale destacar, ainda, aqueles materiais que dizem respeito i) a um tipo de pressão direcionada sobre o sistema político formal:

- **Abaixo-assinados e cartas a serem enviadas ao executivo:** “Manifesto de apoio à aprovação do IR ecológico, Projeto de Lei n. 5.974/05”; “Carta de protesto ao governo federal, exigindo medidas para o combate da destruição da Amazônia”²¹ (chamado pela entidade de “Cyberativismo”).
- **Plataforma eleitoral dos candidatos à presidência no pleito de 2006; observatório parlamentar:** Esse último, em construção, pretende “interagir com

¹³ <http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=3_6>

¹⁴ (extraído do site do Greenpeace, setor “Ciberativismo”, 21.08.06).

¹⁵ <http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=7_3>

¹⁶ (Cartilha. Extraída do site do Greenpeace).

¹⁷ (extraído do site do Greenpeace, autoria de Marcelo Marquesini, André Muggiati e Paulo Adario, 07/2005)

¹⁸ O relatório trata da “Investigação realizada pelo Greenpeace Internacional, da Holanda, sobre a expansão da indústria da soja no Brasil [e] revela novas evidências sobre a relação entre multinacionais norte-americanas com o desmatamento, a grilagem de terras e o trabalho escravo na Amazônia. Ao construir silos e infraestrutura no coração da floresta, financiar a abertura de estradas e comprar soja produzida em fazendas ilegais ou proveniente de desmatamento, inclusive com o uso de trabalho escravo, Cargill, ADM e Bunge estão, ao mesmo tempo, estimulando e se beneficiando da invasão da soja na Amazônia”. (Relatório. Extraído do site do Greenpeace, 06-04-06).

¹⁹ <<http://www.sosmatatlantica.org.br/>>

²⁰ <<http://www.sosmatatlantica.org.br/>>

²¹ (extraído do site do Greenpeace, setor “Ciberativismo”, em 21.08.06).

o internauta, discutindo temas que ampliem a transparência no acompanhamento das matérias importantes para o futuro da Mata Atlântica. Entre eles, o processo de criação de leis, o funcionamento das Comissões no Congresso e Proposições em Tramitação”²².

ii) a uma espécie de prestação de contas:

- **Relato das ações empreendidas pelas entidades:** “Expedição BR - 163”, “Encontros da rede de ONGs”, “Ação pelo código florestal”, “Campanha do vote para proteger”²³, “Greenpeace bloqueia carregamento de soja e é atacado pela Cargill e por sojeiros”²⁴, “Plataforma ambiental mínima”.
- **“Quem somos”:** autodefinições contendo: estatutos legais, ano de formação, formas de atuação, princípios básicos, etc.
- **Vídeos e fotos das ações empreendidas pelo Greenpeace com forte apelo espetacular:** “Greenpeace localiza milhares de toras de madeira ilegal dentro de área e manejo”; “Madeireiros protestam contra presença do Greenpeace em Porto de Moz e fazem ameaças”²⁵.

3. Por fim, *Sistema de Interações* é definido pelo autor como o lugar do vínculo, da intersubjetividade entre os usuários em rede:

são os tipos de produção, emissão e recepção de conteúdo em conexão representados em forma ‘comunitária’ pelas listas de discussão e pelos newsgroups e assemelhados em forma privada pela correspondência eletrônica pessoal, pelos chats aleatórios ou de vínculos eventuais (GOMES, 2001, p.3)

São estas interações possibilitadas pelos sites no “Fórum de Debates” do SOS Mata Atlântica como o “O que você diria aos governantes sobre suas atuações em relação ao meio ambiente?”; no Blog “Expedição à Amazônia 2003” do Greenpeace e nos e-mails para contato e esclarecimento de dúvidas disponibilizados por ambos os sites.

²² <http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=cadastro_plataforma>

²³ <http://www.sosmatatlantica.org.br/?secao=conteudo&id=8_3>

²⁴ (extraído do site do Greenpeace, 19.05.06, Santarém).

²⁵ <<http://www.greenpeace.org.br/amazonia/tour2003/multimedia/index.php>>

4. Idéias conclusivas

O mais importante em qualquer avaliação acerca dos atores coletivos é perceber que todos os ganhos que podem ser conquistados em termos democráticos devem ser percebidos como potencialidades, não como atributos intrínsecos dos movimentos sociais, ONGs e associações sem-fins-lucrativos. Afinal, esses grupos são os mais variados, representam os mais diversos interesses e possuem práticas distintas e objetivos díspares.

Dessa forma, é importante que não sejam realizadas generalizações e que tais ganhos (o conjunto de efeitos sobre os três níveis propostos por Warren (2001): individual, coletivo e institucional) sejam vistos como *potencialidades*, não como pressupostos, e que eles tenham que passar pelo crivo da avaliação pública. As temáticas propostas pelos atores coletivos precisam ser discutidas e posteriormente generalizadas, de forma que um público mais amplo possa, ou não, dar o respaldo à demanda pretendida através de questionamentos morais.

O mesmo pode ser dito em relação à Internet que tão entusiasticamente foi rechaçada ou louvada em suas qualidades. Assim como as associações civis podem fazer uso do dinheiro e do poder como forma de atingir seus objetivos, enquanto a esfera parlamentar pode fazer uso da comunicação voltada ao entendimento (e não somente da troca de favores por votos), também a Internet pode, ou não, favorecer práticas democráticas.

De qualquer modo, se a valoração e possível generalização das questões só pode ocorrer por meio de uma deliberação que inclua um número expressivo de afetados pelos problemas, de forma que a legitimidade não seja suposta pré-politicamente, então a legitimidade discursiva se vê “assegurada pelo grau em que os resultados coletivos são responsivos ao balanço de discursos concorrentes na esfera pública, na medida em que este balanço é ele mesmo sujeito a um controle difuso e competente” (DRYZEK, 2004, p.42). Ora, muitos exemplos aqui foram dados de que informações especializadas sobre a questão ambiental, assim como sobre os projetos de lei em trâmite e as ações parlamentares e executivas são disponibilizadas nas páginas eletrônicas. Do mesmo modo, por elas são oferecidos pequenos “espaços”²⁶ para a troca de impressões *on line* (entre os internautas e entre esses e as associações ou especialistas) e *off line* (entre os internautas e as associações).

²⁶ Como bem lembrado por Eisenberg (2003), “espaço” não é uma boa expressão para fazer referência à Internet na medida em que ela é desterritorializada. Conferimos à expressão, por tanto, somente sentido figurado.

Parece-nos claro que a sociedade civil, seja ela denominada “global” ou não, ganha em muitos sentidos com essa estrutura, assim como ganham as próprias associações que podem se expressar ao público de um outro modo. Não só os sites das associações contribuem em si para essa “expressão”, como a própria mídia passa a se apropriar das informações ali contidas. Certamente que a Internet não pode ser considerada como democratizadora *a priori*, afinal, sabemos dos sérios problemas em relação à desigualdade de acesso, material e cognitiva; da preponderância de grandes portais sobre sites “menos conhecidos”; da dificuldade de seleção entre o conteúdo aparentemente infinito da rede. É do entremeio desses distintos (e complexos) problemas que surge a necessidade crescente de um balanceamento crítico de tais questões na contemporaneidade.

5. Referências Bibliográficas

ARMONY, Ariel. *The dubious link – civic engagement and democratization*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE <www.amda.org.br>.

AVRITZER, L.; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, RJ, v.47, n.4, p. 703-728, 2004.

AVRITZER, L; RECAMÁN, M.; VENTURI, G. O associativismo na cidade de São Paulo. In:__. AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOHMAN, James. *Public Deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Cambridge: MIT Press, 2000.

CARGILL <<http://www.cargill.com.br/default.aspx>>.

COHEN, Jean L. Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, RJ, v.46, n.3, p. 419-459, 2003.

COHEN, Jean e ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília – esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In:__. DAGNINO, Evelina. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 2002. p.279-303.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DOIMO, Ana Maria. Movimentos sociais e participação política: a problemática contemporânea da ação-direta. In: LHULLIER, A; CAMINO, L; SANDOVAL, S. *Estudos sobre comportamento político* – teoria e pesquisa. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1997.

DRYZEK, J. Legitimidade e economia na democracia deliberativa. In: __. NOBRE, M. & COELHO, V. (Orgs.). *Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora 34, 2004. p.41-62.

EISENBERG, José. Internet, democracia e república. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, pp. 491 a 511, 2003.

FRASER, Nancy. Social Justice in the Age of Identity Politics: redistribution, recognition, and participation. In: __. HONNETH, A.; FRASER, N. *Redistribution or recognition – a political-philosophical exchange*. London; New York: Verso, 2003. p.7-109.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA <<http://www.sosmatatlantica.org.br/>>.

GABEIRA, F. *Greenpeace: verde guerrilha da paz*. São Paulo: Clube do livro, 1988.

GAMSON, W. & MEYER, D. Framing political opportunity. In: __. McADAM et al. *Comparative perspective on social movements*. Cambridge: Cambridge UP, 1996.

GARCÊZ, Regiane. Entre o silêncio e a visibilidade: a luta por reconhecimento da comunidade surda. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOCIEDADE INCLUSIVA, IV, outubro de 2006, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: PUC Minas.

GOMES, Wilson. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 27, agosto 2005, quadrimestral.

_____. Opinião pública na Internet: uma abordagem ética das questões relativas à censura e liberdade de expressão na comunicação em rede. In: __. X ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - COMPÓS. Brasília: FD, 29/05-01/06 de 2001. Disponível em <www.unb.br/fac/comunicacaoepolitica/2001.html>.

GREENPEACE BRASIL <<http://www.greenpeace.org.br/>>.

GTA - GRUPO DE TRABALHO AMAZÔNICO <www.gta.org.br>.

HABERMAS, J. *A constelação pós-nacional* – ensaios políticos. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

_____. *Teoría de la acción comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987. vol.2, cap.8.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL <www.socioambiental.org>.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; ACHARYA, A. Atores da sociedade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In: __. AVRITZER, L. (Org.) *A participação em São Paulo*. SP: Editora UNESP, 2004.

MAIA, Rousiley. Dos Dilemas da visibilidade midiática para deliberação política. In:__. LEMOS, A. *Mídia.Br*. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MANSBRIGDE, Jane. Everyday talk in deliberative system. In:__. MACEDO, Stephen (ed.). *Deliberative Politics: essays on democracy and disagreement*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

MARQUES, ÂNGELA C. S. *Da esfera cultural à esfera política: a representação de grupos de sexualidade estigmatizada nas telenovelas e a luta por reconhecimento*. 2003. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFMG, Belo Horizonte, 2003.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE <<http://www.mma.gov.br/>>.

PUTMAN, Robert D. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 2000

REDE BRASILEIRA DE JORNALISMO AMBIENTAL <<http://www.jornalismoambiental.jor.br/>>.

SANTOS, Boaventura S., AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In:__. SANTOS, B. S. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. A atuação das organizações não-governamentais: entre o estado e o conjunto da sociedade. In:__. DAGNINO, Evelina (Org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

VIEIRA, LISTZ. *Os argonautas da cidadania – a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2001.

WARREN, M. *Democracy and association*. Princeton: Princeton University Press, 2001.